

THIAGO BITENCOURT

**ALTERNÂNCIA ENTRE CONCORRÊNCIA E MONOPÓLIO EM MARX,
SCHUMPETER E NA ESCOLA AUSTRIACA**

FLORIANÓPOLIS, 2008

THIAGO BITENCOURT

**ALTERNÂNCIA ENTRE CONCORRÊNCIA E MONOPÓLIO EM MARX,
SCHUMPETER E NA ESCOLA AUSTRIACA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador (a): João Rogério Sanson

FLORIANÓPOLIS, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 7,5 ao aluno Thiago Bitencourt na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Professor João Rogério Sanson
Presidente

Professor Celso Leonardo Weydmann
Membro

Professor Eraldo Sérgio Barbosa da Silva
Membro

FLORIANÓPOLIS, 2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Juari Bitencourt Júnior e Vera Lúcia Sabino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família pelo apoio e carinho. Em seguida, agradeço ao professor João Rogério Sanson pela orientação e pelos ensinamentos. Por fim, gostaria de mostrar gratidão por todos os meus colegas de curso, especialmente a minha grande amiga Giseli Arêas.

Sempre o sonho

*Para encantar os círculos da Vida
É ser tranqüilo, sonhador, confiante,
Sempre trazer o coração radiante,
Como um rio e rosais junto de ermida.*

*Beber na vinha celestial, garrida
Das estrelas o vinho flamejante
E caminhar vitorioso e ovante
Como um deus, com a cabeça enflorescida.*

*Sorrir, amar para alargar os mundos
Do Sentimento e para ter profundos
Momentos e momentos soberanos.*

*Para sentir em torno à terra ondeando
Um sonho, sempre um sonho além rolando
Vagas e vagas de imortais oceanos.*

Cruz e Sousa

RESUMO

O tema da concorrência é uma questão controversa na literatura econômica. A forma de organização de um mercado pode variar desde o alto grau de concorrência, passando pelo oligopólio e chegando até o monopólio, que é o tipo de mercado que apresenta o mais alto grau de concentração. Este trabalho busca explicar a questão da concorrência dentro da Ciência Econômica, utilizando como base as interpretações de Marx, de Schumpeter e da Escola Austríaca. A importância desta monografia está em apresentar abordagens alternativas aos modelos de concorrência tradicionais, possibilitando uma visão mais abrangente da natureza de funcionamento dos mercados. O objetivo principal da pesquisa é comparar as diferentes abordagens do processo competitivo e a sucessão entre a concorrência e o monopólio na teoria econômica, relacionando as semelhanças e divergências entre os autores. Além disso, este trabalho pretende investigar como as empresas obtêm poder de mercado e qual o papel do empresário no processo competitivo. Marx, Schumpeter e os austríacos enxergam a concorrência como um processo dinâmico entre empresários rivais, que tende a enfraquecer o monopólio e o poder de mercado no longo prazo, eliminando os lucros extraordinários. Por mais distantes que estes autores estejam ideologicamente, eles chegam a conclusões semelhantes. De acordo com as teorias pesquisadas, as estruturas de mercado mais concentradas, como oligopólios e monopólios, tendem a desaparecer diante da concorrência. Apesar de o capitalismo contemporâneo ser marcado pela concentração industrial e pela presença de grandes empresas, as diferentes abordagens confirmam a tese de que os setores monopolistas ou oligopolistas não são capazes de obter taxas médias de lucro permanentemente superiores às taxas de lucro dos setores competitivos. Finalmente, cabe destacar que as três abordagens apresentadas neste trabalho contribuem para uma interpretação mais realista dos mercados e do sistema econômico.

Palavras-chave: Concorrência. Monopólio. Poder de mercado. Lucros. Empresário.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problemática	8
1.2 Objetivos.....	9
1.3. Metodologia.....	9
2 A CONCORRÊNCIA EM MARX	11
2.1 O processo de acumulação de capital.....	11
2.2 A competição capitalista	14
2.3 Tendência decrescente da taxa de lucro	16
2.4 Concentração e centralização do capital	18
3 A TEORIA SCHUMPETERIANA DA CONCORRÊNCIA.....	21
3.1 Dinâmica capitalista e desenvolvimento econômico	21
3.2 Concentração industrial e poder de mercado.....	23
3.3 O processo competitivo e a destruição criadora	25
3.4 O empresário inovador	27
4 A ABORDAGEM AUSTRIACA.....	30
4.1 O processo de mercado	30
4.2 A dinâmica da concorrência	33
4.3 Poder de monopólio e lucros extraordinários	36
4.4 A atividade empresarial.....	38
5 COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS PARADIGMAS	41
5.1 Crítica à abordagem de equilíbrio	41
5.2 Concorrência e monopólio	42
5.3 Obtenção de poder de mercado.....	43
5.4 Lucro normal vs lucro puro	44
5.5 O papel do empresário.....	45
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

A questão da concorrência na economia de mercado é um tema relevante no debate econômico atual. O modelo neoclássico de competição total é alvo de grandes críticas dentro da teoria econômica¹. De fato, suas hipóteses são questionáveis. A concorrência perfeita não corresponde à maioria das situações reais. O que se observa na prática é que prevalecem estruturas de mercado imperfeitamente competitivas.

Com o surgimento de monopólios e oligopólios, as leis da livre-concorrência desaparecem e as firmas utilizam o seu poder de mercado. Assim, os produtores passam a influenciar o preço das mercadorias que vendem. O poder de monopólio e a existência de barreiras à entrada de potenciais concorrentes são observados na maioria dos mercados.

O capitalismo moderno é marcado pela concentração industrial e pela presença de grandes corporações. De fato, as firmas adotam práticas restritivas à concorrência com o objetivo de obter lucros extraordinários. A questão controversa dentro da teoria econômica é se os setores altamente concentrados são capazes de obter taxas médias de lucro superiores às taxas dos setores competitivos de forma persistente ao decorrer do tempo. A partir daí, surge a seguinte questão: como as teorias de Marx, Schumpeter e da Escola Austríaca explicam a competitividade entre os agentes econômicos e quais as suas implicações sobre o funcionamento do mercado no longo prazo?

A existência ou não de um processo de equalização da taxa de lucro no longo prazo é uma questão debatida regularmente na literatura econômica, e para compreender este problema é preciso analisar como ocorre o processo concorrencial, quais as estruturas de mercado existentes e se há relação entre o grau de concentração do mercado e a rentabilidade das indústrias.

Através da investigação do problema de pesquisa, este trabalho busca o

¹ O modelo de concorrência perfeita é uma forma extrema de estrutura de mercado. Segundo Pindyck e Rubinfeld (2002, p. 250), o modelo de competição total baseia-se em três suposições básicas: aceitação de preços, homogeneidade de produtos e livre entrada e saída de empresas. A teoria neoclássica apresenta diversos modelos de concorrência, porém a discussão a seguir é restrita ao modelo de competição total.

aprofundamento teórico do tema da concorrência e também procura contribuir com o debate acadêmico, abrindo horizontes para a compreensão da realidade econômica.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta monografia é discutir a natureza da concorrência na teoria econômica e a alternância entre o alto grau de concorrência e o alto poder de mercado, particularmente na literatura da Escola Austríaca, de Schumpeter e de Marx, estabelecendo as semelhanças e diferenças conceituais e metodológicas entre as doutrinas econômicas apresentadas.

Os objetivos específicos são comparar os principais elementos das teorias de concorrência de Marx, de Schumpeter e da Escola Austríaca, explicar como os diferentes autores descrevem o processo de obtenção de poder de mercado e também examinar o papel do empresário em cada teoria econômica apresentada.

1.3 Metodologia

A função da metodologia é mostrar qual será o caminho da pesquisa para se chegar ao fim proposto. A metodologia deve também tornar explícitos os instrumentos que serão utilizados no trabalho de pesquisa. Ao contrário das ciências exatas, a economia não exibe uma unidade de métodos técnicos e científicos. A ciência econômica engloba diversas escolas de pensamento que adotam proposições metodológicas diferentes e que, portanto, entram em choque.

Quanto aos objetivos, este trabalho irá utilizar a pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa se caracteriza pela consideração dos mais variados pontos de vista acerca do fato estudado, neste caso a concorrência dentro da teoria econômica. A alternância entre concorrência e monopólio pode ser analisada sob várias teorias econômicas. Por isso esta pesquisa irá envolver levantamento bibliográfico, buscando a compreensão do problema em

análise. A pesquisa bibliográfica será desenvolvida principalmente com base em livros e artigos científicos. Através desta pesquisa serão examinadas e comparadas as obras de Marx, de Schumpeter e da Escola Austríaca, com a finalidade de entender o processo concorrencial e também a obtenção de poder de monopólio por parte das empresas.

Este estudo irá investigar as contribuições à teoria da concorrência feitas pelos diferentes autores, as suas obras e o debate entre eles. Os objetivos específicos serão cumpridos a partir do levantamento bibliográfico dos autores em questão, sendo que será dedicado um capítulo para cada abordagem e o capítulo final irá comparar as diferentes noções de concorrência. Cada teoria tenta explicar como funcionam os mercados a partir da interação entre agentes econômicos que rivalizam entre si, destacando a função do empresário dentro deste processo competitivo.

O segundo capítulo irá apresentar a teoria da concorrência capitalista a partir da concepção de Karl Marx, utilizando como base a sua obra *O Capital* e também outros autores que analisam o paradigma marxista. Em seguida, será abordado o trabalho de Joseph Schumpeter, economista que estudou a dinâmica do sistema econômico e o processo competitivo. Em seu livro intitulado *Teoria do desenvolvimento econômico*, Schumpeter destaca o papel das inovações tecnológicas e do empresário empreendedor. No quarto capítulo será analisada a concepção de concorrência dentro da Escola Austríaca de Economia, representada por autores como Mises, Hayek, e Kirzner. Na teoria austríaca, cabe destacar o importante estudo de Kirzner sobre a competição e a atividade empresarial. Ao final da pesquisa, será possível traçar os pontos em comum e também as divergências entre os autores estudados, contribuindo desta forma para o debate acadêmico e para a compreensão da concorrência dentro da teoria econômica.

2 A CONCORRÊNCIA EM MARX

Karl Marx foi e continua sendo um dos pensadores mais influentes da ciência econômica (CARNEIRO, 1997, p. 97). Neste capítulo, serão examinados os principais elementos da concorrência na visão de Marx. Em sua principal obra econômica - *O Capital* - Marx fez uma análise elaborada sobre o capitalismo. Segundo ele, em uma sociedade capitalista há duas classes opostas e em constante luta: a classe burguesa e a classe proletária. A partir daí, manifestam-se uma série de relações sociais, como a exploração dos trabalhadores (proletários) pelos capitalistas (burgueses). Para Marx, o elemento decisivo para compreender o sistema capitalista é a exploração da força de trabalho. A partir daí surgem os lucros capitalistas. Mas com a concorrência intercapitalista a rentabilidade tende a cair, o que dá origem a uma taxa de lucro “equalizada” ou “normal” no longo prazo.

2.1 O processo de acumulação de capital

Nesta seção será examinada a natureza do capital e a origem do lucro para Marx. Segundo Araújo (1986, p. 70), “a força motriz do sistema capitalista é a acumulação de capital”. Dentro deste sistema existem duas classes sociais antagônicas: os burgueses, que são os proprietários dos meios de produção, e os proletários, que são os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho. O modo de produção (base econômica da sociedade) capitalista se caracteriza pela apropriação do excedente econômico por parte de um grupo minoritário: a classe burguesa. Quanto ao incessante impulso do capitalista em acumular, a teoria marxista define que:

Apenas como personificação do capital, o capitalista é respeitável. Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual ele é apenas uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode

mediante acumulação progressiva (MARX, 1996, tomo II, p. 225).

O capitalismo é essencialmente um processo de acumulação de capital. Segundo a interpretação marxista, capital “é trabalho passado acumulado, não só instrumento de produção; é fonte de geração de lucro de uma classe social no capitalismo” (FEIJÓ, 2001, p. 210). O capital tem o poder de criar lucros para a classe social burguesa:

O capital não pode, então, ser visto como coisas (mercadorias) ou mera soma de valor (dinheiro), mas como relação social, específica a uma determinada organização social na qual alguns indivíduos detêm o controle dos meios de produção e outros, somente a sua capacidade de trabalho (GREMAUD, 2006, p. 90).

Marx aponta que existem dois tipos de capitais: o capital constante e o capital variável. O primeiro refere-se à parte do capital investida em máquinas, equipamentos e matérias-primas. Já o segundo tipo é destinado aos salários, à compra da força de trabalho.

Segundo Delfaud (1987, p. 27), “o modo de produção capitalista caracteriza-se fundamentalmente pela produção de mercadorias”. Neste sentido, cabe apresentar o conceito de mercadoria. “Para Marx, mercadoria não é a mesma coisa que produto ou bem. Mercadoria é o produto que se destina à troca no mercado” (ARAÚJO, 1986, p. 55). No capitalismo, os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho. Desta forma, são explorados pelos detentores dos meios de produção, os capitalistas. “A força de trabalho é, por si só, uma mercadoria comprada e vendida no mercado; é o que o capitalista precisa para obter lucro” (BRUE, 2006, p. 179).

Agora, para se chegar à essência do modo de produção capitalista, é preciso examinar o esquema de circulação do capital industrial. O ciclo começa com capital sob a forma de dinheiro. O capitalista compra com o seu dinheiro (D) matérias-primas, instrumentos e força de trabalho, mercadorias (M) necessárias para a produção. Em seguida vem o processo produtivo (P). Após a produção, o capitalista vende as mercadorias resultantes deste processo (M’), recebendo em troca dinheiro (D’). Este mecanismo de circulação do capital industrial tem como finalidade manter e ampliar a riqueza do capitalista, isto é, transformar o dinheiro inicial (D) em uma soma maior (D’). No sistema capitalista, a forma de circulação do capital é definida então como $D - M...P...M' - D'$. Isto significa que o capital aumenta ao circular na esfera da produção. As mercadorias são apenas “meio de valorização. O capital as produz para obter dinheiro” (CARNEIRO, 1997, p. 100). Dentro da análise marxista, “dinheiro e mercadorias transformam-se em capital quando se tem, na esfera de circulação, a presença da

força de trabalho como mercadoria” (GREMAUD, 2006, p. 89).

Outro conceito fundamental dentro da teoria marxista é a mais-valia. Dado o circuito de acumulação apresentado anteriormente, onde D' é maior que D , a diferença entre as duas somas de dinheiro é chamada de mais-valia. Portanto, a origem da mais-valia é em P , na esfera da produção:

É aqui, no chão de fábrica, que Marx vê a gênese do lucro. Na visão dele, o lucro está na capacidade dos capitalistas de pagar pela força de trabalho - pela capacidade produtiva da mão-de-obra - menos que o valor real dos trabalhadores acrescentarão às mercadorias que ajudam a produzir. Desse modo, o lucro - a diferença entre D e D' - está essencialmente no trabalho sub-remunerado (HEILBRONER; THUROW, 2001, p. 43).

A mais-valia é, portanto, fonte do lucro capitalista. Assim, não poderia haver lucro sem tirar proveito da força de trabalho, pois os lucros são baseados na exploração. É importante ressaltar que somente o capital variável (destinado à compra da força de trabalho) produz mais-valia. Buchholz (2000, p. 154) sustenta que “o valor extra (lucro) é obtido pagando aos trabalhadores menos do que o valor que eles produzem”. A respeito do conceito de mais-valia, podemos definir que:

A fonte da mais-valia é a diferença entre o valor da força de trabalho, ou trabalho potencial, como mercadoria e o valor da mercadoria produzida que incorpora o trabalho concretizado, ou o valor de uso consumido da força de trabalho. A força de trabalho é a única mercadoria que gera valor em seu consumo ou uso (FEIJÓ, 2001, p. 215).

É através da exploração dos trabalhadores (extração da mais-valia) que os capitalistas obtêm lucro. “À *mais-valia*, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretalho*, ou *trabalho não remunerado*, eu chamo lucro” (MARX, 1996, tomo I, p. 104). Schumpeter (1970, p. 42) explica que “a taxa de mais-valia é definida pela razão entre a mais-valia e o capital variável (salários)”. Sendo assim, a taxa de mais-valia mede o grau de exploração (ou grau de espoliação) da força de trabalho. Já a taxa de lucro “é a relação entre a mais-valia e o capital individual total (soma do capital variável com o capital constante)” (MARX, 1996, tomo I, p. 44).

O capitalista obtém lucro por ser o proprietário do capital. Ele reinveste uma grande parcela deste lucro para ampliar o seu capital e obter um lucro ainda maior num período posterior. Em seguida, o capitalista volta a reinvestir para ampliar novamente o seu capital, e

assim por diante (HUNT; SHERMAN, 1992, p. 98). Esta é a dinâmica do processo de acumulação capitalista.

2.2 A competição capitalista

Nesta segunda seção, será feita a análise do capital no processo de competição. Marx adota uma visão de concorrência baseada na mobilidade de capitais. Esta capacidade de movimentação do capital cria uma tendência à equalização da taxa de lucro no longo prazo. Segundo Carneiro (1997, p. 101), “a concorrência coloca uma tendência à formação de uma taxa média de lucro”. A rentabilidade média decorre da competição industrial:

Na análise de Marx, a concorrência atua no sentido de estabelecer uma taxa de lucro uniforme entre as diferentes indústrias. A existência de diferenciais interindustriais de rentabilidade provoca uma transferência de capitais de indústrias com baixa rentabilidade para aquelas onde as taxas de lucro estejam mais elevadas. Esse fluxo de capital entre as indústrias reduz (relativamente) a oferta de produtos e, por conseguinte, eleva os preços e as taxas de lucro dos setores de baixa rentabilidade e aumenta a oferta dos setores mais lucrativos, resultando, pois, numa redução dos preços e das taxas de lucros desses setores (MALDONADO FILHO, 1989, p. 253).

A equalização das taxas de lucro entre as diferentes indústrias ocorre em virtude do processo competitivo. “Se, por exemplo, em decorrência de uma conjuntura favorável, a acumulação ocorre de modo especialmente intenso em determinada esfera da produção, sendo aí os lucros maiores do que os lucros médios, capital adicional acorre para lá” (MARX, tomo II, p. 269). A competição funciona como um mecanismo de ajustamento, eliminando os lucros extraordinários. Estas taxas de lucro elevadas são na verdade ganhos temporários. Com o movimento do capital de setores que apresentam baixa lucratividade para os setores com lucros maiores, ocorre a equalização da taxa de lucros entre os diferentes setores industriais. “Essa concorrência por certo nivela as diferentes taxas de lucros das diversas indústrias, ou seja, as reduz a um nível médio, porém jamais pode determinar esse nível, ou a taxa geral de lucro” (MARX, 1996, tomo I, p. 89).

Ainda sobre a noção de concorrência dentro da abordagem marxista, podemos acrescentar que:

Competição é um processo no qual o capital enfrenta-se a si mesmo, assumindo

formas agressivas. A atividade social de produção, que pretende obter e realizar mais-valia, é concluída por muitos capitalistas individuais. O resultado de todas essas atividades produtivas colidirão na esfera da circulação. Em competição, na qual o capital é colocado contra si mesmo, esse processo aparece como disputa entre os capitalistas. De fato, Marx faz uma analogia com a guerra, em que a melhor arma é diminuir o custo de produção por meio de novos métodos de produção, que aumentam a produtividade do trabalho. Por meio de métodos mais indiretos de produção, esses resultados são atingidos: um aumento no capital fixo em proporção ao trabalho (aumentando sua produtividade) e ao produto (reduzindo custos) (GREMAUD, 2006, p. 94).

A concorrência, entendida como rivalidade entre os capitalistas, obriga o reinvestimento dos lucros na obtenção de novas máquinas e equipamentos que possam elevar a produtividade do trabalho. O acúmulo incessante de capital é uma exigência do sistema. O capitalista assim o faz para se manter no mercado, pois os competidores também reinvestem seus lucros em novos e melhores métodos de produção (FUSFELD, 2001, p. 97). É uma questão de sobrevivência:

No esquema geral de Marx, a evolução social é propelida por uma força imanente ou necessariamente inerente à economia do lucro. Esta força é a acumulação: sob a pressão da concorrência, a firma individual é compelida a investir o máximo possível de seus lucros em seu próprio aparelhamento produtivo; e é compelida a investi-los primordialmente no capital tecnológico, naturalmente procurando sempre máquinas de tipos cada vez mais novos. Isto não beneficia permanentemente os “capitalistas” como uma classe pois, [...], qualquer ganho supernormal é rapidamente eliminado pelo fato de os competidores adotarem cada melhoria tecnológica. Todavia, a vantagem temporariamente auferida por aquele que se move em primeiro lugar dá-lhe uma liderança na corrida: lançando-se por curvas decrescentes de custos médios e aniquilando (“expropriando”) os mais fracos no processo, as empresas capitalistas, crescendo individualmente em tamanho, constroem vastas forças de produção que, eventualmente, rompem a estrutura da sociedade capitalista (SCHUMPETER, 1964, p. 356).

O esforço para conseguir lucros acima do normal (supernormais) e a luta contra a concorrência levam o capitalista a desenvolver novos métodos de produção, e isso contribui para o progresso tecnológico. O capitalista é “um proprietário-empresendedor engajado em uma corrida sem fim contra seus companheiros empreendedores; ele *tem* de lutar pelo acúmulo de riqueza, pois no ambiente competitivo em que opera, quem não acumula é esmagado por quem o faz” (HEILBRONER, 1997, p. 150). Neste sentido,

[...] Marx vê o capitalista confrontando com a competição. Se uma empresa expande a sua escala de produção, ela pode produzir com mais eficiência. A empresa inovadora força as suas concorrentes a expandir. Elas contratam mais trabalhadores. Mas isso faz subir o salário além da subsistência. O que fazem os patrões? Eles substituem equipamento por trabalho. Se não fizerem, os lucros caem, pois o

pagamento mais alto detém a exploração. A competição os força a substituir (BUCHHOLZ, 2000, p. 156).

Por necessidade e também por pressão dos concorrentes, o capitalista sempre busca novas oportunidades de investimento lucrativo e mercado para novos produtos (TAYLOR, 1965, p. 387). Através da introdução de novas tecnologias, os capitalistas podem transformar capital variável em capital constante, ou seja, substituir homens por máquinas. Cresce então o desemprego tecnológico e amplia-se o “exército industrial de reserva”, termo marxista que designa a grande parcela de trabalhadores fora do mercado e que não consegue emprego. As conseqüências desta mecanização do processo produtivo serão vistas logo a seguir.

2.3 Tendência decrescente da taxa de lucro

Nesta parte do trabalho, examinaremos a relação entre a mecanização e os lucros dos capitalistas. No capitalismo, o processo de acumulação é seguido por uma crescente introdução de máquinas na linha de produção de mercadorias. “De acordo com Marx, a taxa de lucro recebida pelos capitalistas tenderá a cair com o decorrer do tempo. O motivo é a pressão em relação ao aumento da eficiência por meio da mecanização e das invenções, que reduzem o uso da mão-de-obra” (BRUE, 2006, p. 184).

Conforme vimos na seção anterior, o capitalista promove a mecanização e reduz o número de trabalhadores com o objetivo de cortar custos e baratear as suas mercadorias, mantendo-se competitivo no mercado e enfrentando os seus concorrentes de forma eficaz. Marx (1996, tomo II, p. 39) argumenta que “durante esse período de transição, em que a produção mecanizada permanece uma espécie de monopólio, os lucros são, por isso, extraordinários”. A utilização crescente de novas máquinas é uma tentativa de manter as taxas de lucro elevadas. Porém, ao reduzir a quantidade de trabalhadores no processo produtivo, o capitalista não percebe que está criando dificuldade para comercializar as suas mercadorias. Esta dificuldade passa a existir na medida em que o desemprego aumenta, fazendo a demanda cair e reduzindo o número de potenciais consumidores. Como todas as empresas estão fazendo a mesma coisa, o lucro total diminui. Na ânsia de manter a taxa de lucro elevada, o capitalista intensifica a mecanização. O resultado é a depressão econômica. “A crise é, pois, para Marx, uma conseqüência do desequilíbrio verificado entre a produção e o consumo”

(HUGON, 1986, p. 219).

Quando o capitalista substitui homens por máquinas,

[...] ele está obedecendo ao seu impulso de acumular e de tentar manter-se à frente dos competidores. Quando os salários sobem, ele *tem* de introduzir máquinas economizadoras de tempo-trabalho para cortar os custos e recuperar os lucros - se não conseguir, seu vizinho conseguirá. Mas se ele tem de substituir trabalhadores por máquinas, é obrigado também a reduzir a base de onde extrai seus lucros. É uma espécie de drama grego no qual os homens são obrigados a lutar contra o destino e no qual todos colaboram sem querer com a própria destruição. Os dados estão lançados. À medida que os lucros encolhem, cada capitalista irá redobrar os esforços para instalar novas máquinas economizadoras de trabalho e redutoras de custos em sua fábrica. Ele está apenas dando um passo à frente na marcha que pensa estar desenvolvendo em direção ao lucro. No entanto, uma vez que todos estão fazendo exatamente a mesma coisa, a relação entre trabalho vivo (portanto da *mais-valia*) e a produção total sofre novo encolhimento. A taxa de lucro cai mais e mais. A ruína está logo adiante. Os lucros são reduzidos a ponto de a produção já quase não valer a pena. O consumo se reduz quando as máquinas desempregam trabalhadores e o número de empregados não consegue acertar o passo com a produção. Seguem-se as falências. Sobrevém uma confusão e as mercadorias inundam o mercado; no processo, as empresas menores quebram. A crise capitalista sobrevém. (HEILBRONER, 1997, p. 153).

Esta crise provocada pelo subconsumo mostra que no longo prazo os lucros tendem a cair na economia capitalista. “A acumulação produz tendência inevitável à diminuição da taxa média de lucro” (ROLL, 1977, p. 275). A depressão econômica surge da seguinte maneira:

Quando a economia prospera, as firmas proporcionam ganhos de mais-valia para seus donos, que os reinvestem para aumentar a produção. Mas a demanda, por fim, fica para trás, em parte porque os trabalhadores não são pagos por todo o valor de seu trabalho, em parte porque os investimentos em capital elevam a capacidade produtiva. Mais cedo ou mais tarde, um excesso de mercadorias não vendidas aparece no mercado. A produção é, então, reduzida e os preços caem: o desemprego aumenta, os lucros declinam e depois desaparecem, e a acumulação de capital fraqueja (FUSFELD, 2001, p. 86).

Devemos recordar da seção anterior que somente o capital variável (destinado aos salários) é capaz de produzir mais-valia e gerar lucros para os proprietários privados dos meios de produção. Portanto, quando os capitalistas deixam de investir em capital variável (compra da força de trabalho) e passam a investir em capital fixo (máquinas e equipamentos), cai a taxa de mais-valia e conseqüentemente a lucratividade. “A pressão em torno do uso de mais capital reduz a taxa de lucro; os trabalhadores são a fonte de todo o valor, incluindo a mais-valia e, quando menos trabalhadores são utilizados, a taxa de lucro cai” (BRUE, 2006, p. 184). Esta tendência do sistema capitalista pode ser resumida assim:

A taxa de lucro apresenta uma tendência inerente para declinar. Isso ocorreria, e realmente com muita plausibilidade, em virtude da importância relativa de parte do capital constante nas indústrias de bens-trabalho: se a importância relativa das instalações e equipamentos aumentasse nessas indústrias, como ocorre no curso da evolução capitalista, e se a taxa de mais-valia, ou grau de espoliação, permanecesse inalterada, a taxa de lucro sobre os capitais totais declinaria geralmente (SCHUMPETER, 1970, p. 45).

Devido a esta tendência, os capitalistas buscam a todo custo aumentar a mais-valia para conter a queda da taxa de lucro e evitar a derrota para os concorrentes. Assim, segundo a doutrina marxista, uma elevação na taxa de mais-valia significa um acréscimo no grau de exploração dos trabalhadores e também a piora das condições de vida do proletariado como um todo.

2.4 Concentração e centralização do capital

Nesta última seção do primeiro capítulo, serão examinados dois fenômenos econômicos que ocorrem no capitalismo: a concentração e a centralização do capital. “Marx previu, com inteira clareza, a tendência da transição inevitável da concorrência ao monopólio. Tendência que deduziu do curso da acumulação capitalista por meio de dois processos principais: o da *concentração* e o da *centralização* dos capitais” (MARX, 1996, tomo I, p. 65). O capitalismo moderno confirma a tese de Marx:

A análise do desenvolvimento das sociedades capitalistas fundamenta-se na observação do crescente processo de concentração do capital, que implicou a elevação do tamanho médio da unidade produtiva e em crescente oligopolização das firmas. Esse processo conduziu a uma visão sobre as estruturas de mercado que se diferencia da teoria microeconômica marginalista tradicional. Entender a moderna teoria da estrutura oligopólica é observar as raízes dessa concentração de capital. Marx foi um dos primeiros estudiosos a esmiuçar esse processo de concentração, e seus conceitos foram a base para a crítica e posterior desenvolvimento das idéias sobre o funcionamento dos mercados capitalistas (KON, 1994, p. 47).

O termo concentração, empregado por Marx, designa um processo onde “certos capitais individuais se incrementam mais depressa pelo ganho de superlucros e pela reprodução ampliada em condições mais favoráveis” (MARX, 1996, tomo I, p. 65). O processo de concentração dos meios de produção é explicado por Gremaud (2006, p. 93) da seguinte maneira: “o aumento da riqueza material, que deverá funcionar como capital por

meio da acumulação, produz um aumento na massa dos meios de produção, ampliando a base da produção capitalista para operar em larga escala”. Este processo é também uma forma de ampliar a acumulação:

A concentração de capitais é explicada pelo crescimento de capitais individuais, à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. É considerada pelo autor como situando-se na base de produção de mercadorias, que só na forma capitalista pode sustentar a produção em larga escala. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção para uma escala ampliada de produção (KON, 1994, p. 48).

Já a centralização do capital pode ser entendida como o fenômeno na qual “as empresas melhor sucedidas na competição absorvem suas concorrentes, o que ocorre com maior frequência nas fases de crise e depressão do ciclo econômico” (MARX, 1996, tomo I, p. 65). De acordo com Brue (2006, p. 186), “a dinâmica do acúmulo de capital e a tendência a recorrentes crises comerciais centralizam a propriedade do capital e concentram a riqueza nas mãos de menos pessoas”. A centralização também pode ser descrita da seguinte maneira:

As leis dessa centralização dos capitais ou da atração de capital por capital não podem ser desenvolvidas aqui. Basta uma indicação sumária dos fatos. A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende, *coeteris paribus*, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores. Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram (MARX, 1996, tomo II, p. 257-258).

Heilbroner e Thurow (2001, p. 43) argumentam que “a cada crise, as pequenas empresas vão à falência e seus ativos são comprados pelas empresas sobreviventes. A tendência das grandes empresas é, portanto, uma parte integrante do capitalismo”. Segundo Kon (1994, p. 48), a centralização do capital “resulta da luta da concorrência em busca do barateamento das mercadorias que, por sua vez, depende do aumento da escala de produção e da produtividade”. A crise econômica torna mais intenso o fenômeno da centralização:

Dados a competição intercapitalista, o desenvolvimento do capital financeiro e o aumento das escalas mínimas de produção, defrontamo-nos com um processo de

centralização de capital. Este processo é reforçado nas crises de superprodução, nas quais os menores capitalistas sofrem mais do que os grandes, tendo em vista o maior poder de mercado bem como a maior capacidade de mobilização de recursos destes últimos (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 404).

Em outros termos, podemos definir o processo de centralização como a reunião de dois ou mais capitais, que se juntam e formam um só capital. Isto ocorre principalmente em momentos de crise econômica, seja através de fusões, aquisições ou incorporações de empresas. “A centralização ocorre através da mudança na distribuição de capitais existentes, crescendo em uma mão até formar massas grandiosas, porque é retirado de muitas mãos individuais” (KON, 1994, p. 49).

Na interpretação marxista, existe uma tendência à formação de estruturas de mercado concentradas, sejam monopólios ou oligopólios:

O progresso da acumulação multiplica a matéria centralizável, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos, para aquelas poderosas empresas industriais cuja realização se liga a uma centralização prévia do capital. Hoje, portanto, a força de atração recíproca dos capitais individuais e a tendência à centralização são mais fortes do que em qualquer ocasião anterior (MARX, 1996, tomo II, p. 258).

Mas este processo de centralização do capital é também contraditório: os novos métodos de produção que permitem o aumento da escala de produção e da produtividade tendem a generalizar-se por todo o ramo industrial, fazendo com que a competição entre os capitalistas se torne mais acirrada e os superlucros desapareçam. “A concorrência obriga os rivais a adotarem novos métodos de produção, e quando o fazem, desaparecem os superávits individuais. Isso se traduz num constante incentivo para o capitalista aumentar a produtividade” (ROLL, 1977, p. 262). A vantagem competitiva de uma empresa, baseada em progresso tecnológico, é transitória. Embora a centralização de capital resulte em situações de monopólio e oligopólio, as estruturas de mercado concentradas são temporárias devido à rivalidade entre os capitalistas. Hugon (1986, p. 235) sustenta que “a concentração das empresas, segundo os setores e as atividades de produção, é muito diferente e muito variável. Sua tendência é muito evidente; sua realização está ainda longe de ser total e absoluta”. Em suma, a concorrência na concepção marxista funciona como um mecanismo que elimina os diferenciais de lucro intersetoriais no longo prazo, impedindo que indústrias obtenham lucros supernormais de forma persistente. “Mesmo no capitalismo moderno, o processo competitivo tende a equalizar as taxas de lucro entre as indústrias” (MALDONADO FILHO, 1989, p.

257).

3 A TEORIA SCHUMPETERIANA DA CONCORRÊNCIA

Joseph Schumpeter foi um dos mais ilustres economistas da sua época e seu pensamento marcou a ciência econômica contemporânea de forma definitiva (NAPOLEONI, 1979, p. 49). Sua concepção da economia capitalista é apoiada na idéia de inovação. Ele enxerga o desenvolvimento como um processo dinâmico, no qual as inovações introduzidas pelos empresários provocam mudanças no sistema econômico, destruindo as estruturas existentes e dando origem a novas estruturas. O sistema capitalista é, segundo Schumpeter, marcado pela instabilidade e por mudanças estruturais. Desta forma, está sujeito a ciclos de expansão e retração. Quanto ao problema da concorrência, Schumpeter observa que atividades com grau de lucratividade muito elevado atraem concorrentes que irão imitar as inovações originais. Assim, com o decorrer do tempo, o lucro tende a cair e volta ao nível considerado normal.

3.1 Dinâmica capitalista e desenvolvimento econômico

A teoria schumpeteriana do ciclo econômico é o assunto desta primeira seção do terceiro capítulo. Segundo esta abordagem, a instabilidade econômica é inerente ao sistema capitalista. Schumpeter (1997, p. 75) descreve o processo de desenvolvimento como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”.

O desenvolvimento econômico e a expansão industrial ocorrem a partir da realização de novas combinações de recursos e fatores de produção. O conceito de novas combinações engloba cinco casos: a introdução de um novo bem, a introdução de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, a conquista de uma nova fonte de matérias-primas e o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria (SCHUMPETER, 1997, p. 76).

As inovações tecnológicas surgem de forma descontínua e criam instabilidade no

sistema capitalista, levando à mudança da estrutura econômica:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 110).

O processo de inovação tecnológica é incessante e as mudanças são descontínuas. As inovações são o motor do processo de mudança e causam as flutuações econômicas (ciclos). Inovações “são caracterizadas como mudanças endógenas. Não são reações a mudanças externas, mas sim forças intrínsecas ao sistema econômico que promovem o progresso” (CARNEIRO, 1997, p. 65). Elas são essências do capitalismo.

Quanto à explicação dos ciclos econômicos na abordagem schumpeteriana, podemos distinguir as seguintes fases:

Em geral, as inovações consistem no trabalho de pioneiros, disse Schumpeter, mas embora a liderança fosse rara e difícil são muitos os seguidores. Nos calcanhares do inovador vem um enxame - este termo é de Schumpeter - de imitadores. A melhoria original é, desta maneira, generalizada por toda a indústria, e uma corrida aos empréstimos bancários e gastos com investimentos dão origem a um *boom*. Mas a própria generalização da inovação remove sua vantagem diferencial. A competição força os preços para baixo, para mais perto do novo custo de produção; os lucros desaparecem à medida que a rotina vai se estabelecendo. À medida que os lucros declinam, o mesmo acontece com os investimentos. Na verdade, pode até ocorrer uma contração quando parte do enxame acaba realizando investimentos mal planejados (HEILBRONER, 1997, p. 274).

Segundo esta interpretação, o ciclo inicia a partir das inovações introduzidas pelos empresários empreendedores. Durante o período de prosperidade (*boom*), os empresários concorrentes investem recursos buscando imitar as inovações. Aumentam os investimentos e a oferta de emprego. Ainda durante esta fase, há o aparecimento em massa de empresários rivais e um forte processo inovativo. Na fase seguinte ocorre a desaceleração do ciclo: as inovações tecnológicas difundem-se e se generalizam por todo o mercado. Os investimentos cessam e o desemprego aumenta. Podemos perceber que o sistema capitalista é marcado pela instabilidade:

A inovação deflagra um processo de destruição das estruturas econômicas existentes e de criação de novas estruturas. O desenvolvimento capitalista é marcado, assim, por rupturas, desequilíbrios e descontinuidades. A inovação é, portanto, a causa última da instabilidade nas economias capitalistas. Segundo Schumpeter, os ciclos econômicos são reflexo inevitável das tensões provocadas pelo processo de

desorganização/reorganização das estruturas, induzido pelas inovações. Em outras palavras, nas economias capitalistas o desenvolvimento está irremediavelmente associado à instabilidade e assume forma cíclica (CARNEIRO, 1997, p. 60).

A análise schumpeteriana é dinâmica: o processo de mudanças é descontínuo e o desenvolvimento econômico é caracterizado pela instabilidade. “O desenvolvimento capitalista decorre de um processo de destruição criadora, pelo qual novas combinações substituem antigas combinações” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 404). As inovações tecnológicas levam à expansão industrial, e nesta fase expansiva do ciclo surgem grupos de empresários imitadores. Os empresários concorrentes tentam imitar os inovadores para obterem os mesmos lucros, porém a concorrência entre os agentes provoca o desgaste do processo de desenvolvimento e conseqüentemente a crise econômica. Quando as inovações se esgotam e viram rotina, a economia entra em recessão. Isto provoca a falência das empresas menos eficientes e o desaparecimento de empresários que não conseguem acompanhar o ritmo do progresso tecnológico. Após a depressão econômica “o sistema tende ao equilíbrio, exceto que as inovações sempre quebram essa tendência” (BRUE, 2006, p. 466). Assim, é necessária uma nova onda de inovações para retomar o ciclo.

3.2 Concentração industrial e poder de mercado

Podemos dizer que uma indústria é concentrada quando há um número pequeno de grandes firmas dominando o mercado. Já o poder de mercado está relacionado com a capacidade da empresa em controlar o preço de venda do produto. Assim, na medida em que for alto o coeficiente de concentração de um mercado, menor é o grau de concorrência entre as firmas e mais intenso é o poder de mercado. A relação entre o poder de monopólio das empresas e o grau de concentração na visão de Schumpeter é a proposição que vai ser tratada nesta seção.

Na análise schumpeteriana, são essencialmente as grandes empresas que introduzem as inovações, já que estas detêm uma posição privilegiada no mercado. Isto porque as atividades de pesquisa e desenvolvimento exigem uma soma muito elevada de recursos:

No sistema schumpeteriano, as grandes empresas, que dominam os mercados no capitalismo contemporâneo e, em geral, têm poderes monopólicos ou oligopólicos

nestes mercados, são as principais responsáveis pela realização de inovações e mudanças estruturais. Por conseguinte, as grandes empresas têm o papel mais importante na expansão industrial e no processo geral de crescimento econômico através do progresso técnico (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 405).

As firmas de grande porte têm um papel significativo no progresso tecnológico. Elas ajudam a impulsionar a economia e a promover o desenvolvimento. Schumpeter não condena as formações monopolísticas e oligopolísticas. Ele reconhece que estas estruturas concentradas propiciam às empresas certo controle sobre o mercado, patrocinando a realização de novas combinações e também a expansão industrial:

Schumpeter reconheceu a importância da grande empresa e da concentração da produção para o progresso técnico. A relação entre oligopólio e progresso técnico foi considerada mútua: por um lado, o processo de diferenciação do produto conduzia a expansão e a criação de novos mercados oligopolistas. Por outro, os altos custos de P&D, necessários para a sobrevivência das empresas nos mercados dinâmicos, exigiam a presença das grandes empresas. Embora a teoria schumpeteriana não tivesse o reconhecimento das correntes principais do pensamento econômico, sua contribuição influenciou progressivamente as teorias da firma, até serem plenamente incorporadas pelo evolucionismo (TIGRE, 1998, p. 85).

Schumpeter considera que as empresas buscam incessantemente a diferenciação com o objetivo de firmar vantagens competitivas dentro do mercado. As inovações tecnológicas tendem a gerar monopólios provisórios para as empresas inovadoras. A partir deste processo de obtenção de poder de mercado, as firmas podem obter lucros de monopólio (ainda que estes sejam temporários). Monopólios e oligopólios não são permanentes devido às constantes inovações tecnológicas promovidas pelas empresas rivais:

Na opinião de Schumpeter, o governo não precisa colocar um fim ou restringir um monopólio já existente, porque o monopólio é parte do processo competitivo dinâmico a longo prazo. Todos os monopólios são temporários, a menos que o governo os proteja (BRUE, 2006, p. 470).

Quanto ao papel do governo como regulador da concorrência, Schumpeter considera desnecessária a legislação antitruste. As estruturas monopolísticas são o resultado natural de novas combinações bem sucedidas, não sendo consideradas pelo mesmo como anticompetitivas. O monopólio deve ser tolerado, ele faz parte do processo competitivo. Na concepção de Schumpeter, “o monopólio é resultado do processo de concorrência, e não seu oposto. A busca de posições monopolísticas não constitui em si uma prática danosa à concorrência, mas o seu móvel principal” (TIGRE, 1998, p. 101). Por fim, Skidelsky (2008)

acrescenta que “a inovação precisa de recompensa, daí a economia dinâmica permitir enormes lucros ao inovador”. O monopólio se justifica a partir da obtenção de lucros. Estes, por sua vez, são fundamentais para incentivar o empresário a investir, promovendo assim o crescimento da economia. “O monopólio temporário é a forma de a natureza permitir que os inovadores ganhem com suas invenções. A desigualdade de curto prazo é o preço do progresso no longo prazo” (SKIDELSKY, 2008).

3.3 O processo competitivo e a destruição criadora

Quanto mais concentrado é um setor industrial, menores são as condições de concorrência dentro deste setor. No sistema capitalista contemporâneo, marcado pelo monopólio e pela concentração industrial, a competição não ocorre somente via preços, mas também através de inovações tecnológicas. A firma que deseja manter-se competitiva dentro do mercado deve obrigatoriamente inovar, sob o risco de ser superada pelas empresas rivais.

A posição de mercado de uma empresa é constantemente ameaçada pelas firmas concorrentes devido às constantes inovações tecnológicas. As situações de monopólio ou oligopólio dentro de um ramo industrial não são eternas, elas tendem a enfraquecer com o decorrer do processo competitivo:

Posições de monopólio estabelecidas por inovadores tendem a se desgastar ao longo do tempo, de um modo similar ao vencimento das patentes. Há duas razões para isso. Uma é que eventualmente os competidores conseguem copiar a inovação. A outra é que inovadores mais recentes lançam produtos que tornam a inovação original obsoleta (KRUGMAN, 2007, p. 456).

As estruturas de mercado monopolizadas ou oligopolizadas geralmente são transitórias, pois as constantes inovações tecnológicas introduzidas pelas empresas rivais acabam aumentando o grau de concorrência e anulando o poder de mercado das outras firmas. Isto ocorre em virtude do processo de destruição criadora, conceito desenvolvido por Schumpeter e que será abordado em seguida. A abordagem schumpeteriana se diferencia dos modelos de concorrência neoclássicos:

Schumpeter tinha uma visão mais ampla sobre a concorrência e o monopólio. Ele enfatizava que a concorrência é um processo a longo prazo em que as empresas competem desenvolvendo totalmente novos produtos e processos. O monopólio não pode se manter por longos períodos porque seus preços e lucros criam um incentivo poderoso para que os empresários concorrentes produzam novos produtos e descubram novos métodos de produção. Conseqüentemente, essa inovação empresarial resulta em destruição criativa: ela simultaneamente cria novos produtos e métodos de produção e destrói a força do monopólio existente (BRUE, 2006, p. 470).

Dentro da teoria schumpeteriana, a concorrência é vista como “um processo de interação de empresas voltadas à apropriação de lucros” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 421). Enquanto o monopólio se justifica para fomentar o desenvolvimento tecnológico, a concorrência no sistema capitalista é caracterizada pela rivalidade entre empresas que desenvolvem novos produtos ou novos métodos de produção. Estas firmas se confrontam no mercado e adotam estratégias de diferenciação. “Nessa concepção, concorrência implica o surgimento permanente e endógeno de diversidade no sistema econômico capitalista, também como convém a um processo evolutivo” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 419). Por fator endógeno, entende-se aquele que é gerado internamente pelo próprio sistema.

A dinâmica concorrencial e a realização de inovações alteram a estruturas econômicas. Schumpeter chama este processo de mudanças descontínuas em que novas estruturas tomam o lugar das antigas de destruição criadora:

A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, [...], servem de exemplo do mesmo processo de mutação industrial - se é que podemos usar esse termo biológico - que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver (SCHUMPETER, 1961, p. 110).

O fenômeno econômico é bastante dinâmico, e Schumpeter o compara ao processo evolutivo. As empresas não podem manter-se em um estado estacionário, muito pelo contrário: a concorrência obriga a realização de constantes inovações. Os empresários rivais estão sempre tentando criar novas combinações, sejam produtos novos, processos produtivos ou estratégias melhores. As inovações tecnológicas de hoje serão destruídas e substituídas por novas tecnologias. A necessidade de inovar para manter a competitividade é um fato concreto no mercado atual. “A concorrência, como indutora de inovações e geradora de assimetrias entre agentes econômicos, é o ponto de partida, na abordagem evolucionista, para a construção de um referencial alternativo ao de equilíbrio neoclássico” (CARNEIRO, 1997, p.

62). Na medida em que considera a mudança tecnológica como um fator de modificação estrutural do sistema econômico, Schumpeter substitui a noção microeconômica convencional de equilíbrio por um movimento de evolução. A concorrência passa a ser abordada como um processo dinâmico, e não mais como uma situação estática. “A dinâmica do mercado ocorre mediante um processo de seleção natural, ou seja, os produtores que não conseguem acompanhar a velocidade e a direção do progresso técnico são expulsos ou incorporados pelos concorrentes” (OLIVEIRA, 2001, p. 7). Devemos salientar que o capitalismo tem um caráter evolutivo e não estacionário, portanto o modelo neoclássico de concorrência baseado no equilíbrio não se aplica à maioria dos mercados no mundo real.

Na visão de Schumpeter, as inovações tecnológicas geram mudanças no ambiente econômico e funcionam como um instrumento concorrencial. Os lucros acima do normal são obtidos através das inovações, mas com ingresso de novos participantes no mercado (empresários imitadores), alteram-se as condições competitivas e estes ganhos tendem a desaparecer ao longo do tempo. Quando as novas combinações se tornam amplamente difundidas (viram rotina), cessam os lucros de monopólio. Assim, o processo concorrencial apresenta ganhadores e perdedores.

3.4 O empresário inovador

A função empresarial para Schumpeter é o assunto apresentado a seguir. O empresário inovador é a figura central na teoria schumpeteriana do desenvolvimento: ele é o agente econômico que realiza as novas combinações. A função característica do empresário é introduzir inovações tecnológicas. Dentro desta concepção, os empresários são “pessoas com excepcionais habilidades, que aproveitam ao máximo as oportunidades que passam despercebidas por outras ou que criam oportunidades por meio da ousadia e da imaginação” (BRUE, 2006, p. 466). Para Schumpeter, o empreendedor é um agente econômico “desequilibrador”:

O elemento motriz da evolução é constituído pelas inovações, fontes de combinações novas das forças produtivas realizadas pelo empresário e que, ao se propagarem, vão provocar desequilíbrios. Estes pelo mecanismo dos ciclos, tendem a novos equilíbrios em níveis mais elevados e esta prosperidade engendra o lucro, recompensa por seu trabalho de inovação que recebe o empresário (HUGON, 1986,

p. 417)

Na análise de Schumpeter, os lucros têm origem nas inovações. Eles não são simplesmente a recompensa do risco, como já defenderam outros economistas. Na verdade quem corre o risco é o dono do capital - o capitalista. Dentro da ótica schumpeteriana, é preciso fazer a distinção entre empresário e capitalista. Heimann (1976, p. 229) define o empresário “no sentido novo e específico de pessoa que não produz simplesmente as coisas desejadas tradicionalmente pelos consumidores, mas que concebe novos produtos, novos métodos de produção e novas indústrias”. Já o capitalista é o agente que fornece crédito para a realização de inovações, é o indivíduo que detém a posse do capital e suporta o risco do empreendimento. O empresário schumpeteriano também não pode ser confundido com o gerente, o inventor ou o diretor industrial. Schumpeter (1997, p. 86) sustenta que “alguém só é um empresário quando efetivamente levar a cabo novas combinações”. Ele afirma ainda que “os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos” (SCHUMPETER, 1997, p. 88). O empreendedor tem um papel crucial no desenvolvimento econômico:

Schumpeter analisou a função do empreendedor na criação do progresso e do avanço econômico. A economia de iniciativa privada sempre oferece grandes recompensas para novos produtos, novos métodos produtivos ou novos sistemas organizacionais. Auferirá lucros elevados a primeira pessoa que oferecer ou custos mais baixos ou novos produtos que despertem o interesse do consumidor. O empreendedor é esta primeira pessoa e suas contínuas inovações geram o crescimento e a mudança característicos da sociedade capitalista moderna (FUSFELD, 2001, p. 224).

A empresa e o empresário são fatores-chave para o desenvolvimento econômico. “O empresário inovador é o agente capaz de realizar com eficiência as novas combinações, mobilizar crédito bancário e empreender um novo negócio” (LIMA, 2002). O empresário é também um elemento dinâmico da economia. Na lógica do sistema schumpeteriano, o resultado da atividade empresarial é o lucro:

Uma inovação implica na existência de um inovador - alguém que é o responsável por combinar os fatores de produção de novas formas. Este não é, evidentemente, um homem de negócios “normal”, que segue as rotinas pré-estabelecidas. A pessoa que introduz mudanças na vida econômica é um representante de outra classe ou, mais precisamente, de outro grupo, porque os inovadores não vêm necessariamente de nenhuma classe social específica. Schumpeter pegou uma antiga palavra do léxico econômico e a usou para descrever estes revolucionários da produção. Ele os chamou de *empreendedores*. Empreendedores e sua atividade inovadora são, assim, a fonte de lucro no sistema capitalista (HEILBRONER, 1997, p. 274).

O lucro é o motor da atividade empreendedora. Mas Schumpeter “trata o lucro não como a simples remuneração do capital investido, mas como o ‘lucro extraordinário’, isto é, o lucro acima da média exigida pelo mercado para que haja novos investimentos e transferências de capitais entre diferentes setores” (JOSEPH, 2008). A função empresarial tem como finalidade descobrir novos produtos e métodos de produção mais eficientes. Os empresários, enquanto empreendedores, visam obter lucro a partir dos seus investimentos.

Em uma situação hipotética de perfeito equilíbrio no mercado, a função empresarial deixaria de existir, pois neste estado não há mudanças que perturbem o “fluxo circular”, ou seja, não há inovações nem empreendedores. Sandroni (1999, p. 547) aponta que “sem empresários audaciosos e suas propostas de inovação tecnológica, a economia manter-se-ia numa posição de equilíbrio estático, num ‘círculo econômico fechado’ de bens, nulos o crescimento real e a taxa de investimento”.

Os empresários são dotados de um espírito dinâmico e de habilidade para implantar novidades. Ao introduzirem inovações, os empreendedores causam o rompimento do equilíbrio, ou seja, desestabilizam o sistema econômico. As novas combinações buscam criar situações de monopólio temporárias para que o empresário obtenha lucro puro. Os novos produtos podem eliminar outros mais antigos e estabelecer um novo paradigma tecnológico (processo de destruição criadora), causando perdas para outros empresários. As empresas buscam lucros extraordinários, porém no longo prazo (devido ao efeito imitação) a competição possibilita apenas lucros normais.

Contudo, Schumpeter acredita na obsolescência da função empresarial. Segundo ele, “a importância da categoria empresário deve diminuir” (SCHUMPETER, 1997, p. 92). A função do empresário tende a desaparecer, pois o progresso irá tornar-se despersonalizado, ou seja, não individualizado. A mudança deixa de ser individual para ser feita em equipe, como é o caso dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das grandes corporações. As empresas substituem a figura do empresário inovador, burocratizando a atividade da inovação e tornando-a uma tarefa interna. Desta forma, a figura do empresário é gradativamente arruinada dentro do sistema econômico.

4 A ABORDAGEM AUSTRIACA

A Escola Austríaca, fundada por Carl Menger e tendo como grandes expoentes Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, propõe uma teoria econômica baseada no subjetivismo, no individualismo metodológico, na liberdade econômica e na análise de processo. O capítulo a seguir irá discutir os princípios fundamentais da concorrência dentro da Escola Austríaca de Economia. Dentro desta abordagem, o mercado e a concorrência são vistos como um processo, sendo que o empresário tem uma atividade essencial neste contexto. Para os teóricos austríacos, a atividade empresarial tem como finalidade descobrir oportunidades de lucro até então inexploradas e aproveitá-las. Desta forma, os empresários atuam como agentes coordenadores do mercado e acabam produzindo uma tendência de equilíbrio nos preços.

4.1 O processo de mercado

Nesta seção serão abordadas as principais contribuições dos economistas austríacos para a interpretação do mercado, destacando as idéias de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Israel Kirzner. Estes teóricos explicam o mercado como um processo dinâmico, e esta noção de processo é fundamental para entender a natureza da concorrência dentro da teoria austríaca, que é um dos objetivos deste trabalho.

Para Kirzner (1986, p. 7), “o mercado compõe-se, durante qualquer período de tempo, da interação das decisões de consumidores, empresários-produtores e proprietários de recursos”. Em um sentido amplo, o mercado pode ser definido como o ambiente onde os agentes econômicos interagem e efetuam as trocas. Sob o enfoque austríaco, a característica principal deste ambiente é a incerteza. Outra característica do mercado é que os agentes têm conhecimento limitado, ou seja, a informação nunca está completa. Por isso o sistema de preços é essencial para o funcionamento do sistema econômico, pois é ele quem transmite as

informações para o mercado, atuando como um mecanismo de coordenação dos planos individuais e do processo econômico como um todo.

Na visão da Escola Austríaca de Economia a ação econômica se dá em um ambiente de incerteza e desconhecimento parcial, e o mercado é caracterizado como um processo dinâmico de aquisição de conhecimentos e descoberta de informações. Os agentes, ao interagirem no mercado, adquirem experiências e ampliam os seus conhecimentos, modificando o próprio sistema econômico. Este é, portanto, um processo constante de descoberta e aprendizado, baseado em conhecimentos subjetivos:

Para a Escola Austríaca, o mercado é um processo de permanente descoberta, o qual, ao amortecer as incertezas, tende sistematicamente a coordenar os planos formulados pelos agentes econômicos. Como as diversas circunstâncias que cercam a ação humana estão ininterruptamente sofrendo mutações, segue-se que o estado de coordenação plena jamais é alcançado, embora os mercados tendam para ele (IORIO, 1997, p. 67).

Os austríacos consideram o processo de mercado algo dinâmico por natureza. O conhecimento humano é imperfeito, isto é, não há uma perfeita simetria de informações. É através das ações individuais e das interações entre os agentes que o conhecimento é criado e ampliado constantemente. Esta noção de dinâmica se contrapõe à teoria concorrencial neoclássica de equilíbrio geral. A teoria austríaca do processo

[...] está preocupada com a seqüência de eventos que ocorrem no mercado, que pode levar ou não a um estado de equilíbrio. Investiga-se sob que condições podemos esperar a existência de uma tendência ao equilíbrio, num processo no qual a ignorância dos agentes sobre a realidade que os cerca e os erros advindos dessa ignorância exercem papel predominante da análise. Como veremos, fora do equilíbrio, os “dados” do problema de alocação, como preferências e preços, não são de fato dados, mas sua descoberta é fruto do próprio processo competitivo (BARBIERI, 2001, p. 10-11).

Ao contrário da tradição neoclássica, a Escola Austríaca de Economia enxerga o mercado como um processo em constante movimento. Enquanto a teoria da concorrência neoclássica apresenta as características do equilíbrio, os austríacos discutem o processo rumo ao equilíbrio. Em outras palavras, Mises, Hayek e Kirzner dão ênfase no processo e não no estado final de repouso. Estes autores interpretam o mercado como um processo de coordenação, que embora tenda ao equilíbrio, não o alcance jamais.

Kirzner em particular faz uma crítica aos modelos concorrenciais neoclássicos, afirmando que estes sofrem de grandes limitações como meio de compreender a economia.

(KIRZNER, 1986, p. 2). Ele afirma ainda que a teoria microeconômica tradicional está equivocada ao analisar o mercado estritamente sob uma condição estática. Vale ressaltar que embora exista uma tendência ao equilíbrio, ele não é atingido plenamente. Feijó (2000, p. 138) acrescenta que “a hipótese de equilíbrio só se concretizaria se os agentes tivessem conhecimento perfeito, mas tal hipótese contradiria as limitações da mente humana”.

Como visto anteriormente, os agentes econômicos experimentam seus planos no mercado e adquirem conhecimento num processo de tentativa e erro. A partir daí fica evidente a importância do sistema de preços dentro do processo econômico. O sistema de preços coordena de forma espontânea o mercado e o resultado é a eficiência econômica. Os austríacos defendem que o livre mercado é o único sistema capaz de alocar os recursos de maneira eficiente. É o mecanismo de preços quem define o quanto produzir e o quanto consumir, ou seja, ele auxilia os agentes econômicos a fazerem suas escolhas. Nesse contexto, os preços são parâmetros de informações e decisões. Iorio (1997, p. 68) explica que os preços têm o “papel de emitir sinais para que os diversos participantes do processo de mercado possam coordenar seus planos ao longo do tempo”.

Dentro desta concepção, o mercado funciona melhor quando o Estado tem uma atuação mínima. Por isso os austríacos defendem a economia de mercado e a liberdade econômica, condenando a intervenção estatal no sistema econômico. Hayek argumenta que o livre mercado é superior a qualquer forma de planejamento estatal da economia e condena veementemente o controle de preços:

Ninguém tem poderes para controlar os preços de maneira eficiente. Os preços são sinais sobre coisas que ainda não conhecemos. Não se pode, enfim, corrigir um sinal do qual não se sabe o que está assinalando. O controle de preços termina por desorientar a produção, conduz à escassez e esta ao planejamento central. O fim dessa linha é o socialismo, e o socialismo é um equívoco (VEJA, 2003).

Ludwig von Mises, outro grande expoente da Escola Austríaca de Economia, demonstrou teoricamente a impossibilidade de cálculo econômico no sistema socialista. Ele argumenta que sem as forças de mercado e conseqüentemente sem um sistema de preços livre, não é possível identificar as preferências subjetivas dos consumidores nem alocar eficientemente os recursos escassos dentro da economia. Segundo Mises (1990, p. 549), “a noção de uma economia de mercado sem preços de mercado é absurda” e o “resultado é o caos” econômico.

Em suma, o sistema de preços leva à coordenação das atividades individuais, cabendo

ao governo meramente a função de manter um arcabouço jurídico-institucional para garantir o funcionamento da economia. De acordo com Zanella (1993, p. 173-174) “o mercado existe para, através de preços livres, coordenar as informações dispersas na sociedade sobre as necessidades subjetivas de milhões e milhões de agentes”. O resultado do processo de mercado é a alocação eficiente dos recursos e a coordenação do processo econômico como um todo.

4.2 A dinâmica da concorrência

O assunto abordado nesta seção é a relação de disputa entre os agentes que participam do mercado e o significado da concorrência dentro da Escola Austríaca. Assim como o mercado, a concorrência também é vista como um processo de descoberta nesta abordagem. “A teoria austríaca enxerga a concorrência como um processo de descoberta de novas e melhores maneiras de se organizar recursos, uma maneira que pode até ser cheia de erros, mas que está constantemente sendo aperfeiçoada” (ROCKWELL, 2008). Mais uma vez os austríacos se distanciam da concepção neoclássica, e criticam a teoria da competição total baseada no modelo de equilíbrio.

O modelo de concorrência perfeita pressupõe elevado número de produtores e consumidores, homogeneidade de produtos, livre entrada e saída de empresas e firmas como tomadoras de preços. Além disso, a noção neoclássica de competição total considera que todos os participantes do mercado têm pleno conhecimento, hipótese totalmente descartada pelos teóricos austríacos, conforme visto na seção anterior. Sobre o modelo de concorrência perfeita, Iorio (1997, p. 82) lembra que “foram os austríacos os primeiros a afirmar que esse modelo não corresponde ao mundo real, em decorrência do irrealismo de suas hipóteses”. O modelo neoclássico de competição total é criticado justamente por não ter bases apoiadas na realidade concreta. A maioria dos mercados da economia não pode ser descrita pelo modelo estático de livre concorrência. Com relação aos outros modelos de estruturas de mercado, Zanella (1993, p. 184) observa que “os austríacos criticam outros estereótipos de mercado, como a concorrência monopolística, o monopólio e o oligopólio, tal são como apresentados pela teoria neoclássica”.

No que diz respeito à natureza do processo competitivo dentro da teoria austríaca:

O que mantém os processos de mercado é a competição, não a concorrência perfeita em termos de ajustes de preços e quantidades, mas a competição entre firmas rivais que procuram aumentar os seus lucros oferecendo melhores produtos e serviços que aqueles existentes. A condição necessária para manter essa competição não é a existência de um grande número de rivais, mas sim a liberdade de fluxos de capitais, associada à inexistência de barreiras de entrada significativas nas indústrias (VASCONCELOS; CYRINO, 2000, p. 30-31).

O que se observa na prática é que nem sempre os mercados são competitivos, algum grau de concentração está presente na maioria deles. Há uma grande diversidade de mercados no mundo real, variando desde a concorrência considerada normal (onde o grau de concentração é baixo), passando pelo oligopólio e chegando até o monopólio, que representa o mais alto nível de concentração. A causa principal desta concentração está relacionada com as barreiras à entrada, que dificultam a entrada de novas empresas em um setor industrial, isto é, impedem a livre mobilidade de capitais.

Outro ponto importante no processo competitivo sob a perspectiva austríaca é, mais uma vez, o problema do conhecimento. A competição pode ser entendida também como um processo de descoberta, onde os agentes rivalizam no mercado através de suas tentativas. Considerando que o conhecimento dos agentes é imperfeito, o processo competitivo leva a alterações nos planos destes agentes. A dinâmica concorrencial possibilita a correção de erros, gerando um aprendizado e alterando as expectativas equivocadas dos participantes do mercado. A concorrência, sob a análise austríaca,

[...] é um processo incontrolável, gerado por ações individuais tomadas em resposta às informações obtidas no próprio mercado. Os planos e decisões empresariais reagem a informações geradas pelo mercado, alimentando-o de volta com inovação e mudanças. A ordem emerge da função coordenadora do mercado dentro de um processo contínuo de mudança e progresso (FUSFELD, 2001, p. 267-268).

Nesse contexto, a concorrência atua no sentido de alocar os recursos de maneira eficiente e promover o bem-estar econômico geral. O processo competitivo é também dinâmico: as firmas rivais competem para melhor atender as demandas dos consumidores e também para ganhar espaço no mercado. Mas a competição não leva ao equilíbrio, ela apenas tende ao equilíbrio. Esta tendência rumo ao equilíbrio ocorre a partir do sistema de preços. Como já foi mostrado, os preços funcionam como sinais econômicos, orientando produtores e consumidores a tomar decisões de compra e venda. “Graças aos preços flexíveis apontados em cada mercado, os agentes conseguem identificar erros em suas expectativas e rever seus planos na direção adequada” (FEIJÓ, 2000, p. 167-168).

O processo de mercado é competitivo por natureza, pois cada agente econômico deve aproveitar as melhores oportunidades, considerando também as expectativas e planos dos concorrentes. Um empresário, por exemplo, ao decidir investir deve levar em conta não só as preferências dos consumidores, mas também as possíveis escolhas e planos de ação dos outros participantes do mercado, que são os empresários rivais. A concorrência é marcada pela interação entre os agentes econômicos que executam seus planos no mercado:

À medida que o processo de mercado se desenrola, então, com um período de ignorância de mercado seguido por outro no qual a ignorância foi um pouco diminuída, cada comprador ou vendedor revê suas ofertas e as faz à luz dos seus conhecimentos recém adquiridos a respeito das oportunidades alternativas que aqueles a quem ele espera vender, ou de quem ele espera comprar, podem esperar encontrar à sua disposição alhures no mercado. Nesse sentido, o processo de mercado é inerentemente competitivo (KIRZNER, 1986, p. 9).

Como a atividade competitiva envolve um processo de aprendizagem por parte dos agentes, não é possível prever o resultado final, nem quem serão os ganhadores e os perdedores (vale lembrar que o mercado é um ambiente marcado pela incerteza). Ao final do processo competitivo, os participantes do mercado que fizeram os melhores planos de ação, baseados em expectativas mais realistas, obterão lucro. Por outro lado, os participantes que fizeram previsões equivocadas terão prejuízo. Num sistema de mercado competitivo, os lucros e prejuízos desempenham duas funções importantes (BRUE, 2006, p. 404). A primeira delas é que os ganhos e perdas servem como um mecanismo de seleção, recompensando aqueles empresários que melhor atenderam as necessidades dos consumidores. A segunda função é corrigir expectativas otimistas e ambiciosas demais, tornando os planos dos empresários mais realistas.

Numa situação de coordenação completa das expectativas (estado de equilíbrio) a concorrência não faria sentido, pois os agentes econômicos saberiam previamente o resultado e não haveria um processo de descoberta baseado em tentativas e erros. Dentro desta situação hipotética, não existiriam ganhos e nem perdas. Mas, conforme o paradigma austríaco, esta posição de coordenação plena não é atingida. Iorio (1997, p. 69) explica que o equilíbrio jamais “é alcançado, na medida em que as divergências entre as expectativas que cada participante no mercado formula subjetivamente tendem a gerar transformações permanentes”.

Em resumo, a rivalidade entre as empresas existe no sentido de descobrir as preferências dos consumidores e também na descoberta de oportunidades. A competição no

mercado serve para testar os planos individuais e também como um processo de aprendizado, no propósito de corrigir expectativas para evitar perdas futuras. Esta é a dinâmica do processo competitivo.

4.3 Poder de monopólio e lucros extraordinários

Antes de analisarmos a relação entre lucros e grau de concentração do mercado a partir da perspectiva austríaca, que é o tema desta seção, cabe apresentar alguns conceitos importantes. O poder de mercado, ou poder de monopólio, está relacionado com a capacidade da firma em aumentar o preço acima do nível da competição. Segundo a teoria microeconômica tradicional, quando há muitas empresas competindo no mercado fica difícil para uma firma isoladamente influir no preço da mercadoria que vende. Mas quando o mercado é concentrado e a concorrência é restrita, empresas com poder de mercado utilizam com frequência esta capacidade para elevar os seus preços, colocando-os acima do nível concorrencial.

Outro conceito importante é o de lucro. Convencionalmente, podemos distinguir o lucro normal (ou mínimo) do lucro extraordinário (ou puro). Para Gremaud (2006, p. 194) o lucro considerado normal “inclui a remuneração do empresário, seu custo de oportunidade”, enquanto o lucro extraordinário “é resultado dos fatores que criaram a situação de monopólio, e que permitem ao monopolista auferir um lucro acima do normal”. De fato, a firma detentora de monopólio obtém um lucro maior em função de seu poder de mercado. Mas os lucros extraordinários tendem a desaparecer pela competição. A possibilidade de obter lucros maiores atrai novas empresas competitivas, o que elimina os lucros puros no longo prazo.

A noção de lucro a partir da abordagem austríaca se contrapõe a idéia tradicional de que o lucro é simplesmente o retorno sobre o empreendimento. Para os teóricos austríacos o lucro está relacionado com a capacidade dos agentes em descobrirem oportunidades:

Em um processo de mercado, que deve caracterizar uma economia livre e competitiva, a ética dos lucros empresariais é justificada pelo êxito de cada empresário, que, necessariamente, deve assumir todos os riscos inerentes ao processo de descoberta de oportunidades inexploradas: aquele que tiver êxito nesse processo satisfará melhor os desejos dos consumidores e receberá destes um prêmio, que se refletirá em lucros; aquele que falhar em atender à demanda dos consumidores, será punido com prejuízos (IORIO, 1997, p. 39).

Numa economia de mercado onde prevalece a competição, os lucros são obtidos pelos empresários que correram riscos e através do processo de descoberta conseguiram conquistar da melhor forma as preferências individuais dos consumidores. Por outro lado, os empresários que não atingirem as expectativas, terão perdas. O processo de mercado, através dos lucros e prejuízos, acaba selecionando os empresários: premia os concorrentes que obtiveram sucesso com seus planos de ação e penaliza aqueles que fracassaram em suas tentativas. E além de atuar como um processo de seleção, o mecanismo de lucros e prejuízos ajuda também a economizar recursos escassos. Murray Rothbard, teórico da Escola Austríaca, afirma que em um mercado livre os agentes econômicos são recompensados em função do seu êxito em satisfazer os desejos e necessidades dos consumidores (GORDON, 2008). Sob esse ponto de vista, o lucro

[...] representa as rendas do empreendedor, obtidas por meio da descoberta de novas fronteiras de produtividade e do estabelecimento de situações de monopólio temporário. [...]. As firmas obtêm lucros por meio da descoberta de oportunidades e da mobilização pioneira de recursos operada pelos empreendedores (VASCONCELOS; CYRINO, 2000, p. 30-31).

Os economistas austríacos distinguem dois tipos de monopólio: os artificiais e os naturais. O monopólio artificial é visto como uma concessão estatal. Assim, a manutenção do monopólio artificial ocorre por meio de leis governamentais e pela existência de privilégios. Não é o processo competitivo que gera este poder de mercado, é o Estado que cria o monopólio. Quando o governo concede a uma empresa ou indivíduo o direito de vender um bem ou serviço de forma exclusiva, ele está dando origem a um monopólio. As patentes e os direitos autorais são exemplos de monopólio criados pelo governo.

O monopólio natural, ao contrário do artificial, é conquistado através da concorrência, do processo competitivo. Neste caso, o monopolista obteve poder de mercado por ser mais eficiente do que os seus rivais, e o lucro representa o mérito pela sua atuação. Uma forma de obtenção de poder de monopólio, segundo a tese austríaca, é o controle exclusivo sobre os insumos necessários à produção de uma mercadoria. Com base nesta restrição, o empresário monopolista impede a entrada de concorrentes potenciais.

De acordo com Kirzner (2008), “uma situação é competitiva se nenhum participante possui privilégios que o protejam contra a possível entrada de novos competidores no mercado”. Como visto na seção anterior, a competição é um processo e não um estado de equilíbrio. Caso não exista uma barreira à entrada de novos competidores, o mercado

permanece competitivo. A competição está intimamente relacionada com a liberdade dos agentes em entrarem no mercado e fazerem as suas escolhas dentro dele. Os teóricos austríacos criticam a regulação estatal e o intervencionismo, ao mesmo tempo em que exaltam as vantagens de um sistema baseado na liberdade econômica. Segundo eles, o Estado prejudica a ordem espontânea do mercado. Sobre as políticas antitruste adotadas pelo governo, a teoria austríaca defende que

[...] nós devemos confiar no processo empresarial competitivo para revelar como o consumidor pode ser mais bem atendido. [...]. Ao impedir ou obstruir os passos empresariais que foram dados, mas que não se encaixam no modelo “perfeitamente competitivo” da falta de poder universal e absoluta – mesmo se essa obstrução ou prevenção nascem das melhores intenções para com os consumidores – o governo está, necessariamente, tendendo, em uma escala maior ou menor, à paralisação do que é verdadeiramente o processo competitivo (KIRZNER, 2008).

Para os austríacos, o monopólio não é o problema real: o governo é que deve ser contestado ao impedir a livre concorrência e a liberdade de escolha. A intervenção do Estado no livre mercado acaba gerando as chamadas “falhas de governo”. Cabe então ao mercado alocar os recursos econômicos escassos e o Estado, por sua vez, tem a função de manter os direitos de propriedade privada.

4.4 A atividade empresarial

Esta última seção do capítulo dedicado à Escola Austríaca examina a atuação do empresário, que tem um papel crucial no processo de mercado. A obra de Kirzner intitulada *Competição e atividade empresarial* concedeu uma grande contribuição ao arcabouço teórico austríaco, especialmente no que diz respeito à função do empresário. A teoria austríaca da atividade empresarial é assim apresentada:

Emerge, assim, a importância da função empresarial, cuja essência é um estado de permanente alerta, no sentido de conseguir captar oportunidades de lucro não descobertas anteriormente. Tais oportunidades, que se revelam nos mercados através de diferenciais entre preços, são descobertas gradualmente pelos empresários que, ao explorá-las, tendem a corrigir desequilíbrios anteriores e, com isso, a promover a maior coordenação entre os planos individuais e, portanto, a gerar uma tendência de equilíbrio nos preços. (IORIO, 1997, p. 69).

O que caracteriza a atividade empresarial é um estado de alerta constante. Mais uma vez, a noção de subjetivismo aparece na análise austríaca: o empresário faz as suas escolhas baseadas no seu conhecimento. O papel do empresário como agente econômico é descobrir e explorar as oportunidades de lucro. Isto é possível graças ao sistema de preços, que sinaliza os desajustes que estão ocorrendo na economia. Este sinal emitido pelos preços faz com que o empresário atue no sentido de realocar os recursos escassos, gerando uma tendência de equilíbrio nos preços. Zanella (1993, p. 178) explica que “a competição entre os empresários fará com que a disparidade de preços, que proporciona o lucro, diminua e, assim, participantes marginais passam a ser excluídos do mercado”. A competição pode ser entendida como rivalidade entre os empresários. Sendo assim, cabe ao empresário “descobridor” competir com os rivais em busca das melhores oportunidades:

A natureza sistemática do processo de mercado deriva, segundo a ótica austríaca, da interação entre as ações de seres humanos empreendedores. Os empreendedores agem de forma criativa e imaginativa, buscando identificar e capturar as oportunidades de lucro oferecidas no mercado (geradas por limitações nas visões empresariais anteriores). Em decorrência da interação entre esses atos empresariais, os preços dos produtos e as quantidades de produtos oferecidos para venda tendem a ser sistematicamente levados na direção da configuração preço/qualidade que melhor se adequa ao mercado (KIRZNER, 2008).

O empreendedorismo é essencial em uma economia de mercado. A origem da atividade empresarial é a incerteza. Devemos lembrar que o mercado é um ambiente de ignorância e conhecimento imperfeito. Assim, para que a atuação empresarial seja bem sucedida, é fundamental ajustar os planos de ação individuais e corrigir as expectativas de acordo com as condições do mercado que estão em um processo de mudança contínua.

Segundo a análise de Kirzner, o mercado funciona como um processo equilibrador (BARBIERI, 2001, p. 88). Isto porque a atividade empresarial coordena as atividades econômicas e as ações individuais, criando uma propensão ao equilíbrio. O empresário é o agente econômico responsável por esta coordenação, através da descoberta de oportunidades de lucros inexploradas e da realocação dos recursos:

A análise do processo de mercado [...] parte do reconhecimento da ignorância dos agentes, que com suas atividades empresariais, geram um processo de experimentação dos planos. A interação no mercado revela aos agentes que seus planos foram excessivamente otimistas ou pessimistas. Para que esse processo de revisão de planos ocorra, na eliminação de erros de pessimismo, fez-se uso do elemento empresarial. Aqui entra em cena o conceito de “estado de alerta a oportunidades inexploradas” como atributo dos empresários que garantiria que os

agentes aprendam e conduzam o processo rumo à maior coordenação das atividades (BARBIERI, 2001, p. 90).

A atividade empresarial só faz sentido em uma economia de livre mercado, pois é o processo de descoberta de oportunidades para melhor atender as necessidades e preferências dos consumidores. Sob uma economia centralmente planejada o papel do empresário não faz sentido, já que a atividade empresarial é essencialmente competitiva.

A existência de lucros acima do normal em alguns setores da economia acaba despertando o estado de alerta empresarial e motivando a entrada de novos concorrentes, que procuram imitar e superar os demais. Os empresários pioneiros na descoberta de oportunidades, que antes detinham uma posição privilegiada dentro do mercado, são testados pelos rivais. O processo competitivo acaba reduzindo a lucratividade, isto é, a concorrência elimina o lucro extraordinário. Vale ressaltar que a competitividade entre os agentes deixa de acontecer somente quando houver obstáculos à entrada de novos participantes.

5 COMPARAÇÃO ENTRE OS TRÊS PARADIGMAS

Neste capítulo será realizado o confronto entre as teorias de concorrência da Escola Austríaca, de Marx e de Schumpeter. Desta forma, serão estabelecidas as diferenças e semelhanças entre as diversas interpretações do processo concorrencial.

5.1 Crítica à abordagem de equilíbrio

O primeiro ponto a ser destacado é que todas as abordagens examinadas no decorrer da pesquisa consideram a concorrência um processo dinâmico, em oposição à teoria de concorrência baseada em modelos de equilíbrio e que tem uma visão estática da concorrência. Tanto Marx, Schumpeter, quanto os austríacos, enxergam o mercado como um processo em constante movimento, abandonando os modelos estáticos e propondo uma análise dinâmica da economia.

A teoria econômica apoiada no equilíbrio supõe que a técnica produtiva (tecnologia) seja constante, ou seja, que ela não esteja sujeita a mudanças ao longo do tempo. Marx, Schumpeter e os austríacos mostraram que esta hipótese está equivocada. Dentro da teoria schumpeteriana, por exemplo, as inovações tecnológicas têm uma importância fundamental. A teoria marxista considera a mudança da base técnica uma das características do capitalismo:

É importante notar que Marx também tinha uma percepção aguda da concorrência como um mecanismo permanente de introdução de progresso técnico, capaz de tornar endógena à economia capitalista a capacidade de mudança estrutural via inovações - na sua linguagem, de tornar o “desenvolvimento das forças produtivas” uma “lei de movimento” básica da economia capitalista (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 417).

Marx, assim como Schumpeter, reconhece que a introdução de tecnologia no processo produtivo altera de forma significativa a estrutura econômica. As empresas que desejam manter a sua rentabilidade devem recorrer ao uso da tecnologia, ou seja, devem incorporar novas técnicas produtivas. Dentro desse contexto, podemos observar que:

Não é por acaso que o capitalismo industrial data da Revolução Industrial, pois, como Marx deixou claro, o progresso tecnológico não é simplesmente um acompanhante do capitalismo, mas um ingrediente vital dele. Os negócios *precisam* inovar, inventar e experimentar se quiserem sobreviver; os negócios que param, satisfeitos com suas conquistas passadas, não servem para este mundo empreendedor (HEILBRONER, 1997, p. 157).

Outro ponto em comum entre os três enfoques discutidos é a consideração de que o sistema econômico não é estacionário, ele está em constante evolução. Marx tinha uma “visão do capitalismo como um sistema sob tensão e em processo de contínua evolução em consequência dessa tensão” (HEILBRONER; THUROW, 2001, p. 46). Schumpeter segue o mesmo raciocínio. Segundo a ótica schumpeteriana, o capitalismo “não se desenvolve de maneira contínua e uniforme, mas ocorre através de uma sucessão periódica de ciclos” (NAPOLEONI, 1979, p. 59). “O único predecessor de Schumpeter a defender esse conceito dinâmico, embora o abordasse de ângulo diferente, foi Marx” (HEIMANN, 1976, p. 230). Os austríacos, por sua vez, também consideram a existência de flutuações econômicas.

5.2 Concorrência e monopólio

No que diz respeito à concorrência, embora cada autor ressalte características distintas do funcionamento dos mercados, as abordagens apresentam resultados muito parecidos. É isto que veremos a seguir.

Marx compreende a concorrência como uma disputa entre os capitalistas. No processo competitivo ocorre a transferência de capitais de indústrias com baixa rentabilidade para aquelas onde a rentabilidade é alta, ou seja, a concorrência é caracterizada pelo deslocamento de capitais. “Na análise de Marx, a concorrência atua no sentido de estabelecer uma taxa de lucro uniforme entre as diferentes indústrias” (MALDONADO FILHO, 1989, p. 253). A concorrência na ótica marxista funciona como um mecanismo de ajustamento, nivelando as taxas de lucro e eliminando os lucros extraordinários (ou supernormais).

Schumpeter descreve a concorrência como a rivalidade entre empresas que desenvolvem novos produtos ou novos métodos de produção. Estas firmas se confrontam no mercado e adotam estratégias de diferenciação. Dada a capacidade de imitação dos concorrentes, ocorre a difusão das inovações no mercado e isso causa uma queda da taxa de lucro. “Uma vez que ocorra o lucro num ponto do sistema, a condição que lhe deu origem,

isto é, a inovação, generaliza-se o processo concorrencial, tendendo a relacionar os preços aos custos, determinará o desaparecimento do próprio lucro” (NAPOLEONI, 1979, p. 53).

Na abordagem austríaca, a concorrência é vista como um processo de descoberta, onde as firmas rivalizam no mercado com a finalidade de descobrir as melhores oportunidades e também no sentido de oferecer melhores produtos e serviços aos consumidores. É também um processo de rivalidade empresarial. Com a entrada de concorrentes no mercado, que receberam sinais através do sistema de preços e são dotados de alerta empresarial, as posições privilegiadas no mercado desaparecem, assim como o lucro puro (acima do normal).

Assim, cada abordagem destaca um ponto diferente da concorrência, mas o desfecho do processo competitivo é o mesmo: no longo prazo, as posições monopolísticas e oligopolísticas não se sustentam, e a concorrência elimina o lucro extraordinário existente nestas estruturas de mercado.

5.3 Obtenção de poder de mercado

Nesta seção, serão examinados os fatores que propiciam a existência de monopólios, de acordo com o enfoque de cada abordagem. O poder de mercado, também chamado de poder de monopólio, “está associado à capacidade de restringir a produção e aumentar preços de modo a, não atraindo novos competidores, obter lucros acima do normal; é definido como poder de fixar preços significativa e persistentemente acima do nível competitivo” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 496).

Segundo a teoria marxista, o poder de mercado está associado à utilização de novas e melhores técnicas de produção, que permitem aos capitalistas reduzirem o custo dos produtos. A mecanização permite aumentar a produtividade do trabalho e baratear as mercadorias. As empresas que primeiro utilizam essas novas técnicas produtivas ganham espaço no mercado, diferenciando-se dos concorrentes. Mas, conforme salienta Roll (1977, p. 269), “a maior produtividade, causa do superlucro, tende normalmente a tornar-se geral”. Sendo assim, a competição entre os capitalistas tende a “remover continuamente os superlucros igualando o preço de mercado e o preço de produção” (ROLL, 1977, p. 269). Embora a centralização do capital seja uma tendência do capitalismo moderno, a concorrência impede que os setores oligopolistas sejam capazes de obter lucros extraordinários no longo prazo (MALDONADO

FILHO, 1989, p. 263).

Para Schumpeter, o poder de monopólio aparece nas empresas a partir de inovações bem sucedidas. Através da realização de novas combinações e do progresso tecnológico, os empresários buscam criar situações de monopólio temporário para que obtenham lucro puro. Mas este poder de mercado não é permanente devido às incessantes inovações tecnológicas impulsionadas pelas empresas rivais.

No paradigma austríaco, existe uma baixa oportunidade para a empresa gerar poder de monopólio. Mesmo assim, o poder de mercado pode ser originado pelo processo concorrencial, através da descoberta de oportunidades inexploradas. Quando uma empresa é pioneira na mobilização de recursos e detém o controle exclusivo de um insumo, por exemplo, isto permite que ela obtenha poder de monopólio. Porém esta não é uma situação permanente: novos competidores entram no mercado e diminuem esta vantagem.

Podemos perceber mais uma vez que as diferentes filiações teóricas têm resultados semelhantes no que diz respeito ao processo concorrencial. Marx, Schumpeter e os austríacos concordam que os monopólios e o poder de controle do mercado tendem a enfraquecer e desaparecer durante o processo dinâmico da concorrência. Quando uma firma consegue obter uma excessiva concentração de poder de mercado, as empresas rivais irão buscar tecnologias alternativas para destruírem essa vantagem competitiva. O mercado, através do mecanismo da concorrência, tende a diminuir o poder de monopólio das empresas dominantes e eliminar os lucros extraordinários obtidos a partir desse poder.

5.4 Lucro normal vs lucro puro

A origem do lucro na teoria marxista está ligada à exploração da força de trabalho. O lucro é resultado da apropriação da mais-valia, que é a diferença entre o valor que os trabalhadores produzem e o que é efetivamente pago a eles. Schumpeter, por outro lado, afirma que o lucro é obtido através de inovações tecnológicas realizadas pelo empresário empreendedor. Os austríacos, por sua vez, consideram que os lucros “são conseqüências do ajustamento da produção por parte dos empresários às preferências dos consumidores” (ZANELLA, 1993, p. 178). Portanto, as três abordagens discordam sobre a origem do lucro.

No paradigma marxista, “o lucro é uma forma de manifestação da mais-valia, resultante da apropriação, pelo empresário, de uma parte do valor criado pelos trabalhadores”

(SANDRONI, 1999, p. 356). Quanto à rentabilidade das indústrias, Marx considera que a concorrência entre os capitais faz a taxa de lucro cair, originando no longo prazo uma taxa de lucro “equalizada”. Marx acredita ainda numa tendência decrescente da rentabilidade, devido à crescente mecanização da produção, o que reduz a mais-valia e conseqüentemente os lucros dos capitalistas.

O lucro, para Schumpeter, incentiva a atividade empreendedora. Na análise de Schumpeter, os lucros acima do normal são obtidos através das inovações. Ao realizar as novas combinações, os inovadores adquirem vantagem sobre os seus rivais potenciais, o que lhes permite ganhar uma posição de mercado privilegiada, ou seja, estabelecer posições de monopólio temporário. Mas o lucro de monopólio atrai a entrada de novas empresas no mercado, e estas tornam o mercado mais competitivo. Através da imitação e da busca por novas tecnologias, as empresas rivais alteram a estrutura econômica e trazem os preços novamente ao nível concorrencial.

Os austríacos consideram que as oportunidades de lucro são percebidas pelos empresários, e a concorrência entre eles elimina os lucros puros no longo prazo. Quando as firmas são lucrativas, novas empresas têm um incentivo para entrar no mercado. Esta concorrência entre empresas pressiona para baixo os preços e os lucros no longo prazo.

Podemos perceber que a diferença na interpretação desses teóricos está na formação e obtenção do lucro. De qualquer forma, as três abordagens compartilham a opinião de que existe uma tendência à equalização das taxas de lucro no longo prazo. “Em outras palavras, os diferenciais de rentabilidade não persistem ao longo do tempo, isto é, eles tendem a ser equalizados pelo processo concorrencial” (MALDONADO FILHO, 1989, p. 252).

5.5 O papel do empresário

As três abordagens interpretam a função empresarial de maneira distinta. Porém, antes de apresentar cada ponto de vista, devemos entender o significado do empresário dentro da teoria econômica tradicional:

O termo empreendedor é de origem francesa - *entrepreneur*. Originalmente, abrangia as funções do inventor, do planejador, do construtor, do administrador e do empregador, mas não as de provedor de capital, nem as de quem corre riscos. Somente com o surgimento do capitalismo liberal é que se estabeleceu uma

distinção clara entre aqueles que executavam funções técnicas e aqueles que se ocupavam de funções empresariais (ROSSETI,1982, p. 140).

Karl Marx não utiliza o termo “empreendedor” nem “empresário”, ele enxerga somente o “capitalista”, aquele indivíduo que detém os meios de produção e é o proprietário do capital. O capitalista tem como objetivo manter e ampliar a sua riqueza, e para isso explora a força de trabalho. Tendo o instinto do enriquecimento, o capitalista acumula progressivamente devido à pressão dos concorrentes.

Já na teoria schumpeteriana, o empresário é figura primordial. Cabe a ele realizar novas combinações e introduzir inovações. Schumpeter faz a distinção entre empresário e o capitalista, tendo o empreendedor um papel de destaque na criação do progresso e do avanço econômico. Os empreendedores são “pessoas com excepcionais habilidades, que aproveitam ao máximo as oportunidades que passam despercebidas por outras ou que criam oportunidades por meio da ousadia e da imaginação” (BRUE, 2006, p. 466). As inovações introduzidas pelos empresários modificam as estruturas econômicas, quebrando a tendência ao equilíbrio do sistema.

Para os austríacos (especialmente Kirzner) o que caracteriza o empresário é um estado de permanente alerta, no sentido de conseguir captar oportunidades de lucro não descobertas anteriormente, realocar os recursos e corrigir desequilíbrios. “Os empresários tentam antecipar o futuro; aqueles que têm maior capacidade de fazer previsões tendem a obter grandes lucros” (BRUE, 2006, p. 404). A principal função do empresário, de acordo com esta abordagem, é descobrir informações e oportunidades de lucro. Isto impulsiona a coordenação entre o comportamento dos agentes que interagem no mercado

Quanto ao papel do empresário, as teorias de Schumpeter e da Escola Austríaca são divergentes. Dentro da concepção schumpeteriana, o empresário atua como um agente “desequilibrador”, introduzindo inovações de forma descontínua e originando os ciclos econômicos. Em contrapartida, na teoria austríaca o empresário atua como um elemento “coordenador” do sistema econômico, realocando recursos e corrigindo falhas.

6 CONCLUSÃO

As diferentes abordagens da concorrência na teoria econômica possibilitam uma visão mais abrangente da natureza de funcionamento dos mercados. As teorias de Marx, Schumpeter e da Escola Austríaca compartilham uma concepção dinâmica da concorrência. A competitividade industrial é vista como rivalidade entre empresários ou entre firmas. O mercado é o espaço onde ocorre esta “luta” entre os agentes econômicos. Ainda que o conceito de concorrência varie, as diferentes filiações teóricas discutidas neste trabalho aceitam a hipótese de que a competição tende normalmente a nivelar as taxas de lucro. Em outras palavras, o ajustamento competitivo elimina os ganhos temporários.

Estas contribuições teóricas são alternativas ao modelo de competição total, que sem dúvida não explica de forma satisfatória como funcionam os mercados na realidade. Os métodos de análise de Marx, Schumpeter e da Escola Austríaca são distintos. Cada autor traz um enfoque diferente acerca da natureza da concorrência capitalista e da função empresarial, embora as conclusões a respeito do processo competitivo sejam praticamente as mesmas.

Marx interpreta a concorrência como um movimento onde os capitais transferem-se dos setores menos rentáveis para os mais rentáveis. Diante da disputa entre os capitalistas, Marx explica que o poder de monopólio é obtido quando são introduzidas novas máquinas e equipamentos no processo produtivo (mecanização), tornando possível reduzir custos e baratear as mercadorias. Assim, a empresa ganha espaço no mercado e obtém vantagem sobre as firmas concorrentes. Esta posição de monopólio temporário permite ao capitalista obter lucros supernormais, porém com a concorrência intercapitalista a rentabilidade deve voltar ao nível “normal” no longo prazo.

Schumpeter, assim como Marx, ressalta o papel da tecnologia para obtenção de poder de mercado e também para a conquista de monopólios temporários. A inovação e o empresário empreendedor são essenciais no processo concorrencial. As empresas competem no mercado através do desenvolvimento de novos produtos ou métodos de produção. Os empresários que introduzem inovações tecnológicas têm a vantagem de quem sai primeiro e conquistam uma posição privilegiada no mercado, podendo obter lucros extraordinários. Mas a inovação tende a generalizar-se diante do processo competitivo, fazendo com que o lucro puro desapareça.

Os austríacos enxergam a concorrência como um processo de descoberta de

oportunidades, sendo que o elemento “equilibrador” do mercado é o empresário. As firmas competem em um ambiente de conhecimento disperso, buscando satisfazer da melhor forma os desejos dos consumidores. Através do mecanismo de preços, os empresários percebem as oportunidades e executam os seus planos no mercado. As empresas que obtiverem sucesso neste processo de mercado serão recompensadas com lucros. Porém, quando os empresários rivais perceberem esta oportunidade de lucro, eles serão incentivados a entrar no mercado, fazendo com que a concorrência se acirre e os lucros neste setor diminuam.

No que diz respeito ao papel do empresário, os autores em análise têm visões bem diferenciadas. Para Marx o capitalista é um sujeito detestável, pois consegue obter lucro somente através da exploração dos trabalhadores (apropriação da mais-valia). A sua riqueza e o seu instinto de acumulação progressiva, segundo Marx, contrastam com a crescente miséria do proletariado. Por outro lado, Schumpeter e os autores austríacos exaltam a figura do empresário, justificando os lucros a partir do talento e da perspicácia do empreendedor. Na teoria schumpeteriana, o empresário tem a função de introduzir as inovações tecnológicas que modificam as estruturas econômicas e que também causam desequilíbrios no sistema capitalista. Além disso, Schumpeter considera que o empresário ajuda na promoção do desenvolvimento econômico e na expansão industrial. Já a Escola Austríaca destaca o papel “coordenador” do empreendedor. Este indivíduo, dotado de alerta empresarial, descobre oportunidades inexploradas de lucro e transfere recursos entre os diversos setores da economia, contribuindo para criar uma tendência ao equilíbrio do sistema. Ainda que os resultados da atividade empresarial para Schumpeter e para os austríacos sejam distintos, estes autores reconhecem a importância dos empresários dentro do sistema capitalista, diferente de Marx que critica estes agentes econômicos.

Em comum, todas as abordagens adotam um ponto de vista dinâmico. O sistema econômico é caracterizado por mudanças permanentes e está em constante evolução. O mercado não funciona apenas segundo as hipóteses da competição total. Existem também estruturas monopolizadas ou oligopolizadas marcadas pela existência de poder de mercado por parte das empresas. A competitividade industrial é um processo contínuo de mudança. Para uma empresa manter a sua rentabilidade, ela deve buscar a estratégia de inovação permanente, porém isto não garante uma taxa de lucro acima da média de forma persistente no longo prazo.

Mesmo tão distantes do ponto de vista ideológico, Marx, Schumpeter e os austríacos apresentam resultados em comum. Estas três abordagens compartilham a visão de que no longo prazo as estruturas de mercado concentradas (monopólios e oligopólios) tendem a se

enfraquecer diante do processo concorrencial. As empresas buscam maximizar os seus lucros, porém a competitividade industrial atua no sentido de reduzir a lucratividade, isto é, a concorrência acaba com os lucros extraordinários no decorrer do tempo.

Finalmente, embora o sistema capitalista moderno seja marcado pela presença de grandes empresas e pela concentração econômica, as três abordagens pesquisadas neste trabalho confirmam a tese de que os setores industriais com alto grau de concentração não são capazes de obter taxas médias de lucro permanentemente superiores às taxas de lucro dos setores competitivos. A concorrência, entendida como um processo dinâmico de rivalidade entre os agentes econômicos, tende a eliminar o monopólio e o poder de mercado no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória.** São Paulo: Atlas, 1986.
- BARBIERI, F. **O processo de mercado na escola austríaca moderna.** São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo.
- BRUE, S. L. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Thomson, 2006.
- BUCHHOLZ, T. G. **Novas idéias de economistas mortos.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CARNEIRO, R. et al. (Org.). **Os clássicos da economia.** São Paulo: Ática, 1997. 2 v.
- DELFAUD, P. **As teorias econômicas: um guia de leitura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- FEIJÓ, R. **Economia e filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek.** São Paulo: Nobel, 2000.
- FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico: de Lao tse a Robert Lucas.** São Paulo: Atlas, 2001.
- FUSFELD, D. R. **A era do economista.** São Paulo: Saraiva, 2001.
- GORDON, D. **Murray N. Rothbard (1926-1995).** Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=37>>. Acesso em: 25 set. 2008.
- GREMAUD, A. P. et al. **Manual de introdução à economia: equipe de professores da USP.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- HEILBRONER, R. L. **A história do pensamento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- HEILBRONER, R. L.; THUROW, L. C. **Entenda a economia: tudo que você precisa saber sobre como funciona e para onde vai a economia.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HEIMANN, E. **História das doutrinas econômicas**: uma introdução à teoria econômica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

HUNT, E. K; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

IORIO, U. J. **Economia e liberdade**: a escola austríaca e a economia brasileira. São Paulo: Forense Universitária, 1997.

JOSEPH Schumpeter. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Schumpeter>. Acesso em: 18 out. 2008.

KIRZNER, I. **Competição e atividade empresarial**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.

KIRZNER, I. **A irresistível força da competição no mercado**. Ordem livre. Disponível em: <<http://www.ordemlivre.org/node/302>>. Acesso em: 11 out. 2008.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

KRUGMAN, P. R.; WELLS, R. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LIMA, R. C. **Desenvolvimento econômico e empreendedorismo**. Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/rev20020325_03.pdf>. Acesso em: 18 out. 2008.

MALDONADO FILHO, E. A. Concorrência e diferenciais intersetoriais de rentabilidade. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.251-265, 1989.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MISES, L. V. **Ação humana**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, G. B. Algumas considerações sobre inovação tecnológica, crescimento econômico e sistemas nacionais de inovação. **Revista Fae**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 5-12, set.-dez. 2001.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROCKWELL, L. **Por que a Economia Austríaca importa**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=36>>. Acesso em: 25 set. 2008.

ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

ROSSETI, J. P. **Introdução à economia**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <<http://www.ordemlivre.org/ebooks>>. Acesso em: 18 out. 2008.

SCHUMPETER, J. A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **Teorias econômicas de Marx a Keynes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SKIDELSKY, R. **Quem foi Joseph Schumpeter, o teórico da "destruição criativa"?** Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/prospect/2007/11/29/ult2678u129.jhtm>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

TAYLOR, O. H. **História do pensamento econômico**: idéias sociais e teorias econômicas de Quesnay a Keynes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

TIGRE, P. B. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 67-112, 1998.

VASCONCELOS, F. C.; CYRINO, A. B. Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 30-31, out.-dez. 2000.

VEJA. **Entrevista**: Friedrich A. Hayek. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/35_anos/p_070.html>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ZANELLA, F. C. O mercado como processo: a abordagem austríaca. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 19, p.172-187, mar. 1993.